
ANEXO I - PARECER ATUARIAL

1. Objetivo

Este anexo tem como objetivo atender à Resolução MPS n° 23, de 06 de dezembro de 2006 que, em seu artigo 3°, inciso IV, estabelece a disponibilização do parecer atuarial do Plano de Benefícios aos participantes e assistidos.

Em consonância à Instrução n° 09, de 14 de dezembro de 2010, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da Avaliação Atuarial.

A presente Avaliação Atuarial teve como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial e dimensionar as Provisões Matemáticas e o Patrimônio para Cobertura do Plano de Benefícios APCDPREV, administrado pelo Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV em 31/12/2011, bem como, avaliar a rentabilidade dos recursos garantidores das provisões matemáticas, os resultados do Programa Administrativo da Entidade e apresentar as hipóteses adotadas na presente avaliação e que passarão a vigor a partir do exercício de 2012.

2. Base Cadastral

As informações referentes aos participantes ativos, assistidos e pensionistas para a Avaliação Atuarial, nos foram enviadas em arquivo magnético, com data-base em 31/12/2011 em formato “xls” e foram objetos de análise e testes de consistências. Foram também utilizadas as informações contábeis fornecidas.

Analisando as informações encaminhadas se verificou uma elevação de 4,94% no número de participantes ativos em relação ao ano anterior. No que tange os aposentados, houve uma concessão de aposentadoria por invalidez em 2011, sendo este o primeiro benefício concedido do plano.

Observou-se que as reservas matemáticas de benefícios a conceder acumulam 99,04% (R\$ 8.640.964,44) dos recursos dos participantes do plano.

3. Hipóteses atuariais

O Anexo da Resolução CGPC n° 18, de 28 de março de 2006, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Assim, as hipóteses atuariais adotadas para a Avaliação Atuarial - 2011, considerando a manifestação da Entidade quanto ao *Relatório de Hipóteses Atuariais* desenvolvido por esta Consultoria, são:

- a) Taxa de Juros: 0,00% a.a.;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT - 2000; e,
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT - 2000.

Por se tratar de um plano estruturado na Modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

4. Resultados atuariais

O plano de benefícios APCDPprev, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2011 resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal equilíbrio técnico.

Apurou-se uma Provisão Matemática de R\$ 8.725.118,28, sendo R\$ 84.153,84 referentes à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e R\$ 8.640.964,44 referentes à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

A partir do histórico das cotas, que reflete a rentabilidade líquida auferida pelos recursos garantidores do plano APCDPprev, no período que compreende os meses de setembro de 2007 a dezembro de 2011, apurou-se um rendimento acumulado de 39,52%.

No mesmo período, a inflação calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, montou em 27,66%

Analisando apenas o ano de 2011, observa-se que os recursos do plano alcançaram uma rentabilidade líquida de 5,93% enquanto que o INPC acumulou 6,08%.

Por fim, quanto ao Programa Administrativo, analisando o período que compreende os meses de janeiro de 2008 a dezembro de 2011, observou-se no período mencionado uma despesa administrativa média de R\$ 14.194,34, e uma receita administrativa média de R\$ 13.901,17, alcançada pela aplicação da taxa de carregamento de 2,00% sobre as Contribuições Básicas e Eventuais, bem como pela receita obtida pelo pró-labore advindo dos benefícios de riscos cobertos pela seguradora contratada, entre outras.

Ao longo do período, tendo em vista os níveis observados de receitas e despesas, não foi constituído Fundo Administrativo significativo, sendo o mesmo equivalente a R\$ 238,67 em 31/12/2011.

Considerando o exposto no presente parecer se conclui que o **Plano de Benefícios APCDPprev** encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro, devendo observar as indicações e os resultados apurados pela Avaliação Atuarial.

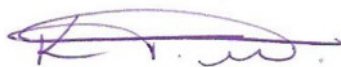
Florianópolis, 16 de fevereiro de 2012.



Rafael Porto de Almeida
Atuário MIBA n° 1.738
Data A Consultoria S/S Ltda.



Guilherme Walter
Atuário MIBA n° 2.091
Data A Consultoria S/S Ltda.



Karen Tressino
Atuária MIBA n° 1.123
Data A Consultoria S/S Ltda.